

# “Coplefts” em contexto brasileiro: Manipulações hormonais inventivas de gênero e relações (extra) médicas<sup>1</sup>

Augusto Clara Martins Krueger - PUC- Rio/Brasil

**Palavras-chave:** Govenamentabilidade; hormônios; autonomia

## I - Introdução:

Este trabalho exercita um olhar cuidadoso para aqueles e aquelas que por algum motivo percorrem trajetórias de manuseio hormonal - realizadas também para as chamadas “transições de gênero”<sup>2</sup> - fora de qualquer um dos acompanhamentos médicos estabelecidos idealmente pela legislação ou recomendações feitas por manuais de saúde. O objetivo desta observação parte da investigação acerca da relação entre o convívio com/consumo das “tecnologias de gênero” (De lauretis, 1987), os processos de autonomia vinculadas ao sujeito e o uso dos “medicamentos de gênero” (DINIZ e CASTRO, 2011). Busco compreender, assim, de modo incipiente, cenários variáveis - no caso pesquisado, a aplicação caseira ou a experiência em clínicas privadas.

Influenciada pela leitura da prática referente à “*copleft*”, de Paul Preciado (2018), a hipótese inicial apostava que o uso de hormônios de algum modo marginal ao Estado ou outros meios reguladores estava vinculado a qualquer aspiração de disputa normativa ou tendências dissidentes do sistema sexo-gênero (Preciado, 2020). Dessa forma, supunha-se que tais experiências poderiam ser encaradas como novas formas de se lidar com o dispositivo da sexualidade, bem como um desafio à biopolítica e à gestão do sexo.

Nesse sentido, foram realizadas duas entrevistas semi-estruturadas com pessoas que consumiram ou consomem hormônios sexuais dentro do perfil caracterizado anteriormente, vivência a qual este projeto designa como autônoma. Além disso, a articulação com autores como Foucault (1985), Preciado (2018), De Lauretis (1987) e Butler (2018) é proposta. Para tal, se contextualiza a discussão foucaultiana acerca da biopolítica; em seguida debate-se a questão dos hormônios; e, finalmente, parte-se para a análise das entrevistas.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024)

<sup>2</sup> nome normalmente dado ao processo de deslocamento de um *status* generificado para outro, mas nem todes es entrevistades se compreendem assim.

## II - Quebra-Cabeça da questão:

Nos escritos de *História da Sexualidade: a vontade de saber* (2014), Michel Foucault afirma que, a partir do século XVIII, com os avanços agrícolas e a modernização à vista, a sociedade ocidental se encontrou em vias de uma explosão demográfica, fazendo, então, com que surgisse uma nova mecânica de coordenação estatal sob a população: uma estatização do biológico, uma tomada a partir do Estado do homem enquanto ser vivo. O sexo tomou papel central em meio a esse fenômeno, pois é a ele que está relacionado a saúde da população, as taxas de natalidade, entre outros. A partir de então surgiram diversos saberes que disputam a regulamentação do sexo. A medicina, a pedagogia, a psicanálise, entre outras ciências/saberes, passam a se organizar de modo estratégico para normatizar o indivíduo em uma espécie de “dobradiça” com a população, enquadrando-o em certos discursos e, por consequência, formas de controle. Esta dobradiça é o dispositivo da sexualidade que Michael Foucault remonta a partir do método genealógico<sup>3</sup>.

De Foucault, outro conceito pertinente para este trabalho é o termo “governamentalidade”, que surgiu ao longo de suas aulas no *Collège de France* na década de 1970. O aumento da complexidade e especialização no exercício do poder estatal entre as diversas instituições presentes nas sociedades ditas modernas marca novas formas de desenvolvimento de técnicas e práticas de gerenciamento de população. Posto isso, não apenas entidades classicamente já debatidas como escolas, hospitais e prisões ocupam esse papel de “governamentalidade”, mas novas instituições como farmácias também podem concorrer por esse espaço.

Analogamente, o filósofo contemporâneo Paul Preciado (2018) discorre em sua obra que, após a Segunda Guerra Mundial explicita-se um processo no qual o governo biomolecular (fármaco-) e semiótico-técnico (-porno) expressivamente tomam conta do sistema capitalista, materializando-se, a partir disso, em um diálogo foucaultiano, nos campos da psicologia, da sexologia e da endocrinologia. O uso dos hormônios sinteticamente, por exemplo, se denota desde então. Contudo, como Preciado demonstra no filme *Orlando* (2023), este uso é controlado e endereçado para manejo de certos grupos da população. Por meio de personagens não conformistas de gênero sentadas em uma sala psiquiátrica, o filme mostra diálogos sobre os limites do acesso dessas

---

<sup>3</sup> Método que desvaloriza a origem e o nexos causal como parâmetro para avaliar os acontecimentos, mas os valoriza a partir de suas emergências e entrecruzamento de forças.

substâncias para quem não está conforme a normativa. Para se harmonizar, o psiquiatra insiste, as personagens precisam estar disfóricas, no mínimo.

- Se você disser que é não binário não terá nenhuma pílula. Precisa dizer que quer ser uma mulher completa.
- Mas eu não quero (ser uma mulher).
- Mas você quer as pílulas? Então seja uma boa garota.<sup>4</sup> (Orlando, 2023)

Na obra *Testo Junkie* (2018), Preciado descreve o grupo de pessoas que o cercavam quando ele iniciou o consumo de testosterona. Aqui, chama-se atenção para o termo “*copyleft*”, um jogo de palavra com o termo “*copyright*”:

Alguns tomam hormônios seguindo um protocolo de mudança de sexo, outros traficam, outros se automedicam sem tentar mudar de gênero legalmente e sem passar por um protocolo psiquiátrico. Eles não se identificam com o termo disfóricos de gênero, e chamam a si mesmos de piratas de gênero, ou hackers de gênero. Eu pertencço a este grupo de usuários de testosterona. Somos usuários *copyleft*: isto é, consideramos os hormônios sexuais como biocódigos livres e abertos cujo uso não deve estar regulado nem pelo Estado nem confiscado pelas companhias farmacêuticas. (Preciado, 2018, p. 59)

O panorama que a presente nota de pesquisa traça complementa-se, quando o mesmo autor comenta em *Apartamento em Urano* (2020):

A homossexualidade e a heterossexualidade, a intersexualidade e a transexualidade não existem fora de uma epistemologia colonial e capitalista, que privilegia as práticas sexuais reprodutivas como uma estratégia de gestão da população, da reprodução, da força de trabalho (...) (Preciado, 2020, p. 28)

Neste trecho, retoma-se a discussão da biopolítica; contudo, o mais arriscado e interessante que Paul B. Preciado realiza com essa afirmação é o entendimento de que a sexualidade e a identidade de gênero são uma criação não essencial do ser. Tal compreensão leva à tona duas conceptualizações de Foucault: a primeira diz respeito ao poder e a idéia comum de que ele seria repressor, negativo, quando, em realidade, segundo o autor francês, o poder cria novas atribuições e caracterizações tais quais como discursos e verdades sobre o sexo. A segunda se refere à percepção de que o sexo pode ser entendido enquanto prática. No livro *História da Sexualidade: o uso dos prazeres* (1998), Foucault, ao visitar genealogicamente os costumes dos gregos clássicos, explicita uma outra relação com o sexo, antes de existir um dispositivo da sexualidade. Ali, o sexo era encarado como um exercício que deveria ser praticado sem excessos, assim como a alimentação, ao invés de ser encarado como:

(...) práticas pelas quais os indivíduos foram levados a prestar atenção a eles próprios, a se decifrar, a se reconhecer e se confessar como sujeitos de desejo,

---

<sup>4</sup> tradução própria.

estabelecendo de si para consigo uma certa relação que lhes permite descobrir, no desejo, a verdade de seu ser... (Foucault, 1984, p. 11)

Desse modo, esclarece-se o tom esperado do discurso entre aqueles e aquelas que são caracterizados como “*hackers* de gênero” por Paul B. Preciado em um diálogo com Foucault. Em um processo de subjetivação estabelecida por um cenário de “govenamentabilidade”, o qual será exposto mais tarde, os indivíduos, ainda que não dispostos de um contexto ausente de regras, se utilizariam de maneira autônoma delas:

Em primeiro lugar, penso efetivamente que não há um sujeito soberano, fundador, uma forma universal de sujeito que poderíamos encontrar em todos os lugares. (...) Penso, pelo contrário, que o sujeito se constitui através das práticas de sujeição (assujeitamento) ou, de uma maneira mais autônoma, através das práticas de liberação, de liberdade, como na Antiguidade – a partir, obviamente, de um certo número de regras, de estilos, de convenções que podemos encontrar no meio cultural (Foucault, np).

Judith Butler, filósofa estadunidense e também não essencialista, elabora acerca das relações performativas de gênero, isto é, sobre certa reprodução de hábitos e discursos. Isso significa que o gênero não é dado por si só, mas produzido em seu meio através de atos que antecedem o sujeito. Assim, por meio das práticas reguladoras, ou seja, medidas que regulam o sexo, constui-se uma identidade do que supostamente se é. No entanto, Butler esclarece que esses atos antecessores ao próprio indivíduo podem passar por pequenas disrupções. Assim como uma peça de teatro em que um ator reproduz as mesmas falas todas as noites e nunca as repete de modo igual, o mesmo pode acontecer com as relações performativas. Posto isso, pensava-se que o consumo de hormônios de maneira autônoma era um modo de manter essas performatividades com pequenas disrupções.

Por sua vez, outra peça do quebra cabeça desse trabalho são as “tecnologias de gênero” (De Lauretis, 1987), que operam não apenas por meio do que puramente conhecemos como tecnologia, mas também por práticas, instituições e discursos que moldam as identidades de gênero. O termo “tecnologia” vem do entendimento de técnica, algo socialmente produzido, complexo e dinâmico. Dessa forma, De Lauretis trabalha com uma certa desconstrução das concepções de gênero enquanto inatas do ser. Sendo assim, é possível considerar não apenas os hormônios enquanto “tecnologias de gênero”, mas o próprio discurso médico/endócrino que surge a partir do século XVIII sobre o que são homens e o que são mulheres. O dispositivo da sexualidade é formado por inúmeras tecnologias do tipo.

Além disso, em *“Fazer emergir o masculino”: noções de “terapia” e patologização na hormonização de homens trans*’ (2019), de Cleiton Vieira e Rozeli Maria Porto discutem as barreiras e limitações dos acessos e práticas de (auto)administração de ésteres de testosterona e da ideia de “terapia”,s localizada em cenários medicalizantes, movimenta - afastando ou atraindo - homens trans dentro da transição de gênero. Assim, ao longo dessa produção, os autores trazem o conceito de “medicamento de gênero”, trabalhado primeiramente por Débora Diniz e Rosana Castro (2011), para tratar da testosterona, a qual, assim como o misoprostol<sup>5</sup>, compõem e interferem processos corporais, mas também generificam os corpos e as identidades corporificadas em termos de diferença sexual. Isso acontece por meio da confluência de múltiplos agentes e contextos, como os setores estatais, as políticas de saúde, o mercado e a indústria farmacêutica, os saberes biomédicos, bem como a ação política que envolve as demandas sociais e as práticas corporais de pessoas que fazem uso desses hormônios.

Vieira e Porto (2019) também abordam um breve panorama dos manuais médicos patologizantes da transexualidade no período em que até então o artigo foi escrito. Nota-se que, apesar de, por exemplo, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) ter passado por uma atualização que deixa de constar o “transexualismo” como transtorno mental - o que pode ser considerado um avanço para as comunidades transexuais e científicas-, outros termos surgem, como “incongruência de gênero”, classificada agora em “condições relacionadas à saúde sexual”. Desse modo, é possível ver em ação um processo de disputa de saberes, uma vez que a transexualidade deixa de ser um domínio apenas da psiquiatria para se tornar de um campo multidisciplinar.

Ademais, nota-se a “governamentalidade” em ação, pois o DSM é uma convenção não-estatal, mas que normatiza assim como normaliza a responsabilização ético-profissional (deontológica) e legal de médicos e psicólogos. Jane Russo e Ana Teresa A. Venâncio (2006) demonstram um histórico desse manual até sua terceira versão, que deixa de ser influenciado apenas pela psicanálise e, por um período, passa a corresponder aos interesses da indústria farmacêutica, que forneceu investimentos em pesquisas. A partir deste período, o manual passa a ter uma influência global, apontam as autoras.

### **III) Sobre as entrevistas**

---

<sup>5</sup> substância abortiva

A primeira entrevistada, chamada Lu, tem 25 anos e utilizou bloqueadores de testosterona, assim como consumiu estrogênio, durante três anos sem ir a consultas com endocrinologistas, comprando os produtos na farmácia, aplicando de modo caseiro e apenas fazendo acompanhamento psicológico. O segundo entrevistado, nomeado Rafael<sup>6</sup>, iniciou o acompanhamento endocrinológico em uma clínica privada um pouco antes de fazer dezesseis anos, idade permitida pelo Conselho Federal de Medicina, e aplica a testosterona em domicílio, uma vez que as farmácias se recusam a aplicá-la. Exposto o estado da questão, passaremos por três tópicos que surgiram em comum em ambas as entrevistas: a questão da essência; a gestão própria dos hormônios; e a precarização ao acesso médico.

A primeira parte da entrevista foi destinada a compreender a trajetória dos interlocutores. Desse modo, quando perguntadas como cada uma das pessoas entrevistadas experienciaram seus processos de vivência enquanto pessoas transexuais, tanto Lu - esta que me corrigiu dizendo que não se sentia pessoalmente confortável com o termo transsexual<sup>7</sup> - quanto Rafael evidenciaram afirmações sobre sempre sentirem certo desconforto com o gênero designado ao nascimento. Rafael foi diretamente perguntado se acreditava ter nascido transexual e a resposta foi afirmativa. Por sua vez, Lu conta de um sentimento de incômodo sentido exclusivamente por pessoas não-cisgênero - motor que a fez iniciar o processo hormonal. Estas compreensões, de alguma forma, sugerem uma reaproximação da hipótese de Foucault acerca da passagem do sexo enquanto prática para algo que se torna a “verdade do ser”, fazendo emergir o dispositivo da sexualidade.

Outro fator em comum que surgiu durante as entrevistas são as estratégias que surgem ao longo dessas trajetórias para gerir os hormônios consumidos. Uma vez que não são necessárias receitas para comprar hormônios feminilizantes, Lu conseguia adquirir seus insumos sem grandes questões. Em relação aos bloqueadores de testosterona, a interlocutora também nunca obteve problemas em obtê-los sem prescrição médica. Por

---

<sup>6</sup> Nome fictício.

<sup>7</sup> Lu se considera uma ex-travesti. Compreende-se que assim que sua jornada com o consumo de hormônios sintéticos foi encerrada chegou ao fim. Contudo, segundo Lucrecia, não passou a ser uma pessoa cis nem mesmo segue sendo uma pessoa trans: ela é uma nova categoria, uma “corpa silenciosa”. Esse campo só pode se dar em comparação à sua vivência anterior, momento no qual era uma “corpa ruidosa” - característica pela qual define a travestilidade. Assim, Lu não descarta sua vivência anterior, revivendo-a presentemente em comparações “ruído/silêncio”.

outro lado, não é o mesmo caso com a testosterona. É necessária uma receita para conseguí-la em farmácias e, por vezes, as ampolas se encontram em falta e com variações de preço devido à compra para outros usos por pessoas cisgênero. Nesse sentido, é necessário que Rafael faça uma gestão para lidar com os momentos em que a substância acaba. Ademais, por Rafael ainda ser menor de idade, há maiores entraves na aplicação devido a resistência de alguns farmacêuticos a aplicarem o hormônio masculinizante de forma segura dentro das farmácias. Desse modo, a mãe do entrevistado encontrou uma acompanhante de idosos que o aplicaria de modo efetivo.

Se torna possível, a partir dessas constatações, trabalhar com o conceito de “contraconduta” de Foucault, dado que, em um contexto de dissolução do poder estatal, as resistências se fazem não necessariamente ao governo, mas as ações são realizadas contra o modo com o qual se é governado. Nesse caso, se os institutos médicos e farmacêuticos exercitam algum tipo de poder em cima dos corpos de Lu e Rafael, ambos exercem uma contraconduta ao gerir seus próprios hormônios - o que ainda dialoga, de certa forma, com o processo de subjetivação explicitado anteriormente, contudo, não como a hipótese inicial imaginava.

Por fim, trata-se brevemente da precarização ao acesso médico, quando o assunto é hormonização. Rafael conta que nenhum consultório confiável pesquisado por ele quis atendê-lo devido sua idade, mesmo após alcançar a faixa-etária permitida, fazendo com que o mesmo tentasse a sorte em uma clínica sem indicações e com uma médica que tecia comentários transfóbicos. Lu, por outro lado, lia relatos de outras pessoas travestis na internet que comentavam sobre o completo descaso dos médicos - estes que passavam doses muito mais altas ou muito menores do que era realmente necessário para a transição hormonal pelo Sistema Único de Saúde. Desse modo, esse foi o fator que a fez que se hormonizasse em casa.

Expostas estas questões, demonstra-se aqui a completa desconstrução da hipótese inicial: Rafael e Lu não são “*hackers* de gênero” por uma escolha parecida com a de Paul Preciado, mas sim porque o sistema não os comporta. Revela-se mais uma questão aproximável com Foucault através do “racismo de Estado”, dado que há a marginalização sistemática e precarização biopolítica de determinado grupo. Isso quer dizer, ainda que não se refira sobre raças diretamente, trata-se de uma biologização de todo um corpo social - através do DSM, por exemplo -, que cria os “degenerados” pelas ciências. Assim, a biopolítica, responsável pela gestão da vida e da saúde, hierarquiza a população, fazendo

“faz viver” aqueles que melhor se adaptam ao modelo reprodutor, mas também negligência e “deixa morrer” “os outros”.

## **VI) Conclusões**

Finaliza-se este exercício propondo que os “*hackers* de gênero” existem para realizar a “contraconduta” médica nem sempre por escolha própria, mas o fazem por uma necessidade, porque a própria “conduta” os impõe. Dessa forma, a trajetória de Paul B. Preciado não se aproximou completamente dos processos brasileiros estudados. Elaborou-se neste trabalho um mapeamento sobre o dispositivo da sexualidade e a biopolítica. Após isso, foi tratada a questão dos hormônios e dos manuais de saúde e, por fim, foram brevemente discutidas as entrevistas, mobilizando conceitos de Foucault.

Elabora-se como próximos passos ampliar a rede de interlocutores sem deixar de questionar se existem aproximações e afastamentos entre o termo *copyleft* e as vivências autônomas brasileiras, mas ainda tendo como horizonte as fissuras assim como a criação de relações com o sistema de saúde nacional. Além disso, pretende-se questionar um leque maior de perguntas referente à relação entre as substâncias, o indivíduo e o papel das instituições na subjetividade.

## **Bibliografia**

American Psychiatric Association. (2014). Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5 [Recurso eletrônico]. (5a ed.; M. I. C. Nascimento, Trad.). Porto Alegre, RS: Artmed.

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero. Tradução: Renato Aguiar. 16 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

COSTA, Herilson Silva. O Lugar das Contracondutas na Genealogia Foucaultiana do Governo. Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 61–78, 2019. DOI: 10.26512/rfmc.v7i1.20767. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/fmc/article/view/20767>. Acesso em: 15 dez. 2023.

DE LAURETIS, Teresa. A Tecnologia de Gênero. [S.l.: s.n.] 1987.

FOUCAULT, Michel. A história da sexualidade I: a vontade de saber. 7 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. A história da sexualidade II: o uso dos prazeres. 8 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

FOUCAULT, M. Ditos e escritos V: ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade – Curso no Collège de France (1975-1976). 3 tiragem. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: Nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 29 ed. Petrópolis, Editora Vozes, 2004. Págs 117 - 148.

FOUCAULT, Michel. Segurança, Território, População - Curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008

FOUCAULT, Michel. Nascimento da Biopolítica - Curso no Collège de France (1978-1979). 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2022

GARCIA, Valter Paveloski. Transexualidade e teoria Queer a partir da vontade de saber em Michel Foucault. Revista COMFILOTEC, S.l, vol 5, pp.1-11, 2017. Disponível em: <https://www.fapcom.edu.br/wp-content/uploads/2017/05/Transexualidade-VALTER.pdf> (acesso em: 10/12/2023)

NETO, João Leite Ferreira. A Analítica da Subjetivação em Michel Foucault. Revista Polis e Psique, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 7–25, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/PolisePsique/article/view/76339>. Acesso em: 29 maio. 2024.

ORLANDO. Paul B. Preciado. Les films du poisson, 2023, 1h38min. Documentário.

PRECIADO, Paul B.. Um apartamento em Urano. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2020

PRECIADO, Paul B.. Teste Junkie. Tradução de Maria Paula Gurgel Ribeiro. S.l: N-1, 2018

RUSSO, Jane e VENÂNCIO, Teresa A.. Classificando as pessoas e suas perturbações: a “revolução terminológica” do DSM III. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, São Paulo, v. 3, pp 460-483, setembro de 2006.

VIEIRA, Cleiton e PORTO, Rozeli Maria. Fazer emergir o masculino": noções de "terapia" e patologização na hormonização de homens trans. Cadernos Pagu, Campinas, v. 55, pp. 1-32, janeiro-junho de 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/F8PLQzpRWnMy7DHdMz53JbB/?lang=pt>. Acesso em: 25 de out de 2023